



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

## Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>Notas de Estudo Teórico sobre o Trabalhador em Educação</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Lorene Figueiredo</b>	Programa de Pós Graduação em Política Pública da Universidade do estado do Rio de Janeiro.	PPFH/UERJ	Aluna
	Instituto do Noroeste Fluminense da Universidade Federal Fluminense	INFES/UFF	Professora
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O presente texto é um estudo teórico e preparatório sobre a condição do trabalho docente na educação básica hoje. É um ensaio que embasa nossas reflexões sobre o tema, objeto de nossa pesquisa de doutoramento. Supomos que as reformas na educação em curso desde os anos noventa apontam para a proletarianização do professor no processo de reprofissionalização via reconversão. Trabalhamos com o referencial marxista e para tanto apoiamos-nos em autores clássicos e contemporâneos para elaborar categorias como condição de proletariedade, proletarianização, trabalho alienado, trabalho material e imaterial, trabalho produtivo e improdutivo, subsumção formal e real e as várias formas de exploração do trabalho hoje. Elaborado este quadro delineamos os elementos conceituais que nos ajudam a pensar a condição do docente como trabalhador proletarianizado e em processo de flexibilização/precarização. A categoria fundamental para futura elaboração crítica é a reconversão.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Docentes, Proletarianização, Reconversão.			
ABSTRACT			
<p>This text is a theoretical study and preparatory work on the status of teaching in basic education today. It is an instrument of analysis of objective conditions of teaching in Minas Gerais, our doctoral research to be carried out documentary analysis and semi-structured interviews. We assume that the reforms in Minas link to the proletarianization of the teacher in the process of conversion and reprofissionalization. We aim to explain how this process manifests itself in the state in focus. We work with reference to both Marxist and we rely on authors to produce classical and contemporary categories as a condition of proletarianity, proletarianization, alienated labor, material and immaterial labor, productive and unproductive labor, formal and real subsumption and the various forms of exploitation of work today. Prepared this picture outlined the conceptual elements that help us think about the condition of the teacher as a proletarian worker and a more flexible / precarious. The fundamental category for future development is the critical conversion.</p>			
KEYWORDS			
Teachers, proletarianization, Conversion.			

### Introdução

O presente texto é um estudo teórico sobre a condição do trabalho docente na educação básica hoje. Como o modo de investigação difere da apresentação ressaltamos que trazemos neste texto a reflexão teórica cuja necessidade surgiu a partir das pesquisas de mestrado. O objeto de pesquisa já era a própria rede em foco, já apontava para os processos de trabalho cuja análise inauguramos com este texto. Objetivamos aqui refletir sobre os instrumentos teóricos em construção com os quais retornaremos às nossas fontes e verificaremos, na prática, sua validade.

## **As relações sociais de produção em nosso modelo societal**

O Capital é uma relação social e como tal expressa às formas de organização que a sociedade assume no processo de produção e de garantia da sua reprodução. Afirma-se pela desigualdade e pela exploração na apropriação privada dos bens e riquezas socialmente produzidos a partir do controle privado e minoritário dos meios de produção. A subsunção real inaugura uma fase histórica na produção da existência sob o regime capitalista que incorpora crescentemente elementos científicos e de racionalização do trabalho e à produção e expressa, igualmente, a expropriação do domínio do conhecimento e da organização do processo de trabalho dos produtores.

Como as relações sociais de produção se desenvolvem em uma processualidade histórica as mesmas apresentam novos arranjos no desenvolvimento dos conflitos entre as forças produtivas e as relações sociais de produção.

A teoria de Marx comporta duas dimensões: uma teoria da exploração e uma do estranhamento havendo um vínculo orgânico entre elas (posto que as distinções são apenas didático-metodológicas e a realidade é vista como um todo estruturado) e aqui sua reflexão se encontra com a de Mézàros. Para Alves, a elaboração da categoria do proletariado como sujeito histórico coletivo deve ser feita a partir da teoria do estranhamento. Este é o pressuposto estrutural da categoria de exploração baseada na extração da mais valia, pois para este autor o estranhamento é identificado como alienação. E sintetiza: “A alienação é o ato/processo histórico de perda/despossessão dos meios de produção/controlado da vida social que constitui a condição sócio-existencial de estranhamento”.

Segundo este autor a crise estrutural do capital dos anos de 1970 projeta a humanidade em uma nova temporalidade sócio – histórica. Destacam-se várias determinações complexas: nova base de produção articulada, desde o centro da acumulação de capital, com elementos de “trabalho imaterial” organizados a partir de nova base sócio-técnica. A este novo mundo do trabalho correspondem às formas modificadas da economia financeirizada, da política concretizada na modelagem neoliberal do Estado, na cultura pós-moderna, em uma tecnologia que revolucionou a indústria pela robótica e pela informática.

Nas atuais condições históricas a flexibilidade ganha um novo sentido para além da precarização “como nexos dinâmico-estruturante do processo estrutural de precarização do trabalho” (ALVES, 2009:29). Tende à universalização deixando o espaço da produção industrial e participando dos processos de formação para a sociabilidade do “capitalismo global”, modelando o “novo” princípio educativo.

Na sociologia do trabalho a acumulação flexível é a explicitação da nova forma de subsunção real do trabalho ao capital e, portanto, expressão da dominação de classe.

No que nos interessa em termos da relação educação/ trabalho a acumulação flexível implica em rápida destruição e reconstrução de habilidades o que a literatura vem considerando como o fenômeno de reconversão.

### **Alargamento da proletarização ou da condição de proletariedade**

Para a compreensão da condição da classe trabalhadora sob o atual regime de acumulação utilizamos teoria da alienação em Marx trata do “para si” da classe, é uma teoria social e busca explicar a inversão ou subversão da relação entre o sujeito que produz e o resultado de sua produção, o objeto. Nas sociedades capitalistas o objeto se torna independente do produtor, se transforma em coisa (mercadoria) nega-se e ao negar-se como objeto o sujeito também é negado reside aqui a base de todo o estranhamento (Alves.2009b).

Historicamente o trabalho estranhado surge com a alienação dos trabalhadores dos meios de produção da vida social, com a propriedade privada. Ao longo do desenvolvimento do capitalismo a despossessão originária continua ocorrendo como parte constitutiva das formas de realização do lucro de forma sistêmica. Como relação social o capital tende a modelar a forma da existência reproduzindo as condições de sua formação e manutenção através do complexo de aparelhos sociais que garantem a hegemonia da classe dominante. Neste sentido a condição de proletariedade tende a ser reforçada e ampliada.

Tentando acompanhar o percurso teórico e metodológico feito por Marx no estudo do trabalho alienado e apoiada em Alves destacamos como elementos importantes para sua caracterização a não desvinculação entre trabalho e vida como totalidade social; envolve também aqueles que não estão vinculados diretamente à produção do capital strito senso. Neste sentido Marx não dissocia na análise social o trabalho produtivo do improdutivo. Portanto o trabalho alienado é uma condição universal que acaba por se manifestar em todas as formas de produção da vida posto que está na base do processo de modernização do capital. Para Marx a alienação é uma relação (de produção) e um comportamento (social) e, portanto, é uma determinação ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, conforme percebemos a partir de Mézàros (2006) e Alves (2009).

Em Alves estas reflexões avançam e apresentam uma importante indicação para os estudos em educação:

“o trabalhador assalariado pode perder o controle dos resultados da própria atividade social, não apenas por conta de uma incapacidade material (objetivamente, ele não possui, ou não tem, o controle das condições de produção da sua própria vida social), mas, por conta de uma incapacidade subjetiva (ele não desenvolveu habilidades cognitivo-comportamentais adequadas para lidar com a materialidade social complexa constituída no decorrer do processo civilizatório do capital)”. (ALVES. 2009b: 14).

As funções do processo educativo tenderão a se desenvolver no sentido de garantir a reprodução do modo social de produção (mantendo uma subjetividade restrita) e por isso a escola (instrumento de socialização fundamental na sociedade urbano industrial) se manifesta como espaço de disputa importante no processo de formação do ser social (para a reprodução ou para a emancipação).

O trabalho na sociedade capitalista é também alienação da vida do gênero, conforme Lukács. Surge o fetiche como exteriorização alienada. Igualmente sua participação na vida social se dá de maneira degradada constituindo-se em vida social alienada. É o que Alves considera como barbárie social, a negação da própria sociabilidade humana.

O trabalho assalariado é a forma histórica que o trabalho alienado assume na sociedade capitalista e, portanto, a condição de proletariedade surge com ele. É a condição da classe despossuída sendo universal para todas as suas individualidades. É uma condição que se caracteriza pelos mesmos elementos compositivos da relação social capital para os trabalhadores alienados (“livres”).

Os elementos que caracterizam esta condição são segundo Alves, a despossessão que implica em uma condição objetiva e outra subjetiva dos meios de produção da existência que pode ocorrer em graus distintos de efetivação. Contudo esta condição nasce e se universaliza com a forma de produção capitalista e se constitui como um novo tipo de humanidade que Alves denomina de humanidade proletária. Esta se torna a partilha de uma condição de classe comum. Esse homem subalternizado nas condições de objetivação social é o fruto do processo de proletarização, marca da ocidentalização<sup>1</sup>. E que inaugura um novo tempo histórico, novas relações de produção e um novo tipo humano.

Para Alves o “ser proletário” envolve dois sentidos: o forte e o fraco. O sentido fraco da palavra diz respeito a uma condição objetiva de existência e para o autor os atributos essenciais desta condição tendem a se tornar universais das individualidades pessoais de classe na sociedade burguesa. No sentido forte pode dizer respeito também a uma “classe social”, no sentido de sujeito histórico coletivo cujo grau maior ou menor de efetivação exige algumas mediações capazes de produzir a consciência de classe. O autor nos demonstra no texto que nos serve de suporte que a classe do proletariado se faz no devir histórico conforme os estudos de E.Thompson. Outro elemento de destaque é o fato de que a classe na acepção materialista histórica “pressupõe não apenas uma posição objetiva na divisão social do trabalho, mas uma determinada forma de consciência social capaz de transformar em si e para si a coletividade de trabalhadores proletários em sujeito histórico real” (ALVES 2009b: 26) Desta observação deriva a afirmação de que “só existe classe se houver consciência de classe”. A constituição do sujeito em questão pode ser

progressiva ou regressiva em função das experiências constitutivas que esta coletividade vivencia. Podemos também identificar o momento de superação da contingência restritiva do capitalismo quando a classe desenvolve a consciência para além de si.

Com Gramsci identificamos a condição da consciência de classe necessária como àquela capaz de operar a superação do momento econômico corporativo pelo ético-político (passagem da consciência ingênua para a crítica) pela mediação do momento catártico<sup>ii</sup>. A consciência de classe inaugura a possibilidade de vivenciar e constituir novas formas de ser (ainda que as relações sociais de produção capitalistas não tenham sido superadas). À condição material historicamente dada, constitutiva do ponto de vista ontológico da classe social é que Giovanni Alves denomina condição de proletariedade.

### **O assalariado como proletário. Notas sobre a proletarização e precarização**

O trabalhador sob o capitalismo e na condição de proletariedade ainda não é classe social. Os trabalhadores imersos na condição de proletariedade são os despossuídos e, portanto os que vendem sua força de trabalho, o trabalhador assalariado. Um trabalhador que como classe, potencialmente, está em processo de “vir a ser”.

Para Alves a classe dos trabalhadores assalariados (os proletários) não remete à distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. Para o autor esta divisão diz respeito à dinâmica da acumulação do valor. Como categoria social expressa uma posição restrita, já o proletariado expressa uma condição ampla. A classe do proletariado é constituída por trabalhadores produtivos e improdutivos. Esta categorização é fundamental para a análise da condição docente no atual momento das relações sociais de produção.

Cumpramos ressaltar que os trabalhadores assalariados como classe, aparecem no processo de produção do capital como “trabalhador coletivo”<sup>iii</sup> e nesta condição se articulam os trabalhadores manuais e não manuais ( trabalho material e imaterial). Esta é uma importante indicação para a compreensão de que o trabalho produtivo é muito mais amplo do que o trabalho manual direto. Sob o capitalismo o trabalho produtivo, segundo Alves, tende a se ampliar ao invés de reduzir. A máquina de produção de mercadorias se articula no espaço global e suas atividades aparecem combinadas para muito além do “chão da fábrica”.

Para Alves as formas de subsunção do trabalhador assalariado hoje se apresentam de três maneiras se levarmos em consideração tanto a teoria da exploração quanto a da alienação: um modo real que é objetivado diretamente, imediatamente, no sistema de máquina; um modo formal objetivado nos contratos de trabalho ou um modo ideal (que inclui no processo de assujeitamento e subalternidade os trabalhadores por conta própria, onde aparece deslocada a subsunção formal) este objetivado como relação de subalternidade sistêmica pelo controle social que o capital exerce e por sua universalização como relação. Neste sentido podemos considerar a subsunção e as formas de

objetivação do trabalho em dois movimentos que constituem a forma geral de subsunção do trabalho assalariado ao capital: uma imediata expressa no modo de subsunção real e outra mediata expressa no modo formal e ideal. Ambos, no entanto, pela contribuição para a acumulação e pela forma de produzir do trabalhador coletivo valorizam o valor (imediate ou mediatamente).

O autor também destaca como manifestações das formas de ser do proletariado os operários e empregados privados ou públicos. São eles assalariados produtores diretos ou não do valor. Os proletários ligados a atividades na esfera pública sejam funcionários ou empregados em empresa estatal devem ter uma atenção distinta na sua análise. Dependendo das condições de políticas de sua experiência como trabalhador (contingência política) e com a mediação de uma direção política de classe, podem se tornar aliados estratégicos dos trabalhadores do setor privado. Trata-se, segundo Alves de superar o fetiche do corporativismo que tende a provocar um deslocamento na consciência de classe.

Na relação de trabalho que se constitui a partir do trabalho no aparelho do estado ou em empresas sob seu controle, o trabalhador se encontra diante de uma instância do anti-valor. A produção do excedente (fruto da exploração do trabalho) não assume a forma social de mais – valia, pois a apropriação não é privada ou mediada pela lei do valor. Portanto, esta condição proletária assume uma forma específica, pois o trabalhador encontra-se diante de um “gestor” do capital social e não de um capitalista.

Outra categorização das formas de ser que nos ajuda a pensar a inserção de setores dos trabalhadores públicos em especial os docentes é a condição do proletário “deslocado” em sua consciência de classe pela posse de habilidades técnico-profissional, dos meios de trabalho, com prerrogativas de poder, controle e/ou gestão. Nestas condições a consciência de classe e a pertença estão deslocadas pelo fetiche nas várias manifestações que promovem um afastamento do trabalhador de sua posição de classe, sendo este processo reforçado pela ideologia e modelado a partir dos processos educativos através dos aparelhos privados de hegemonia, por mecanismos de prêmios e compensações, pelo fetiche do dinheiro, dos bens materiais, de bens de consumo ostentatório etc.

O autor atualiza a teoria marxiana e afirma que no capitalismo contemporâneo, financeirizado e global a categoria de proletariado possui outro nível de abstração em comparação com a categoria trabalho no sentido ontológico e exige, desta forma, um complexo de mediações concretas. Modernamente significa a perda de controle das condições objetivas e subjetivas da produção da vida social. Nestas condições se instaura o salariedade ou a condição de proletariedade.

Seja pela opressão, pela espoliação ou pela exploração a proletarização é a expressão estrutural do próprio movimento histórico do capital. Em seu moto contínuo de expansão/acumulação o capital tende a expropriar continuamente e sistematicamente setores nos quais o

processo de proletarização ainda não ocorreu seja esta expropriação direta, objetiva, material ou indireta, imaterial, subjetiva.

A condição de proletariedade é, pois o principal elemento da reprodução social deste sistema. O outro mecanismo de reprodução é a precarização. A precarização assume duas formas no sistema do capital: a primeira é o ataque frontal do capital à classe trabalhadora no sentido da desestruturação dos processos de formação de classe em si e para si. É um ataque às condições de formação de identidade de classe e se expressa pela regressão dos níveis de consciência coletiva. É claro que no processo o objetivo imediato é ampliar a possibilidade de exploração o que implica também evitar que a classe trabalhadora se constitua (como queria Marx) em uma força social. A segunda forma relacionada a primeira é a maneira como a experiência é vivida e percebida pelas frações particulares de classe (envolve as mediações da ideologia, da construção da hegemonia, dos intelectuais orgânicos do capital e do trabalho etc.). A forma como as várias frações da classe trabalhadora vivem e percebem a precarização é o elemento específico particular do elemento estrutural da classe como totalidade e deve ser analisado na dialética do particular ao geral.

### **Trabalho Docente no Capitalismo Global.**

Conforme a discussão apresentada no início deste texto a reestruturação produtiva como saída para a crise do capitalismo contou com uma contra partida no âmbito superestrutural expressa fundamentalmente nas Reformas do Estado adequando o aparelho ao modelo neoliberal. Como elemento superestrutural fundamental no processo de formação para a sociabilidade do capital e para a reprodutibilidade social a educação também foi modelada para atender a esta nova dinâmica sócio-metabólica.

Conforme nos aponta SHIROMA (et al. 2002), as reformas na educação contam com uma enxurrada de regulamentações que compõem o novo “desenho” do Estado. As mudanças ocorreram nas áreas do financiamento com a criação dos “Fundos” como o FUNDEF/FUNDEB. O financiamento deixa de ser sua função precípua do Estado, travestindo a redução em autonomia, mantendo as tarefas de controle e avaliação através de programas de capacitação e gestão e da criação dos sistemas de avaliação. Quanto às áreas onde a dívida social era maior, como o caso da educação de jovens e adultos, o Estado propôs a educação solidária, as “parcerias” com a sociedade civil, a cooperação bilateral, regional, internacional. Estes processos atingiram desde a educação básica até a educação superior.

A reforma na educação remeteu os professores à condição de protagonistas do processo, mas em uma posição desqualificada, na medida em que o discurso neoliberal sobre a falência da educação pública passa, necessariamente, pela suposta falta de “competência” do professor. Ele é apresentado como alguém ultrapassado em seu saber, com uma prática retrógrada, que não

corresponde às “novas” demandas da educação. Este processo é a materialização da reconversão e da precarização que ao aprofundar os processos gerais de subsunção reafirmam a proletarização do docente.

O rebaixamento geral da qualidade do ensino público se coloca como resposta a demanda de uma economia que opera majoritariamente com produtos de baixo valor agregado voltada para o mercado externo. O rebaixamento geral do ‘produto’ da educação, a mão de obra em formação, nos remete ao rebaixamento do trabalhador qualificado que a produz, o professor. Essa condição nos demonstra a funcionalidade e o controle que novos Planos de Carreira; do oferecimento, em serviço, de cursos de capacitação fragmentados e desqualificados que não geram nem mesmo a certificação reconhecida “no mercado” de trabalho em educação, mas o tornam “empregável” dentro do nicho de mercado no qual atua. As reformas têm representado para os trabalhadores em educação de forma mais evidente no momento atual o aprofundamento da alienação no seu trabalho.

### **Desprofissionalização, Reconversão e Proletarização, notas preliminares.**

Oliveira (2004) ao pensar as reformas na América Latina compara as mudanças ocorridas nos anos 1990 àquelas ocorridas em 1960 e observa que ambas atendem a processos de reorganização da produção e formas de inserção do país na economia mundo.

Na mudança dos referenciais de um projeto ao outro (do nacional desenvolvimentismo à economia financeirizada) a educação passa por transformações nos objetivos, funções e organização. No conflito provocado pela disputa em torno do projeto de educação e em função do desemprego ampliado, fruto da reestruturação produtiva, o papel da educação escolar como mecanismo de desenvolvimento e de ascensão social é secundarizado, sendo retomado posteriormente na fase hegemônica do neoliberalismo no Brasil, pela reedição da teoria do capital humano.

Oliveira (idem) observa que a reforma na América Latina apresenta um duplo enfoque: um voltado para a formação para o trabalho e a educação para a gestão ou disciplina da pobreza. Para a autora o impacto das reformas sobre os professores foi a sobrecarga de trabalho. Estas novas formas de organizar a educação acabaram por levar à reorganização do trabalho docente.

“O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante” (idem).



Pelas elaborações feitas até aqui observamos que há elementos que apontam para o aprofundamento da expropriação do docente desta vez não mais sobre a base material de realização do seu trabalho, mas sobre a base imaterial. Começa a se delinear uma forma de atuação que aponta no sentido da polivalência. Identificamos processos de perda do sentido do trabalho e, portanto de ampliação da alienação. O outro lado deste processo que em linhas gerais corrobora o sentido de condição de proletariedade é o adoecimento de parcelas significativas de trabalhadores em educação, especialmente docentes. Ainda conforme Oliveira:

“Nesse contexto é que se identifica um processo de desqualificação e desvalorização sofrido pelos professores. As reformas em curso tendem a retirar deles a autonomia, entendida como condição de participar da concepção e organização de seu trabalho. O reconhecimento social e legal desse processo pode ser encontrado na própria legislação educacional, ao adotar a expressão “valorização do magistério” para designar as questões relativas à política docente: carreira, remuneração e capacitação.”(ibdem).

A própria autora apresenta o surgimento de um novo tipo de trabalhador distinto do fordista. O professor também vira um trabalhador multitarefas a atividade em sala é secundarizada na definição do trabalho e este se amplia e manifesta como gestão, planejamento, elaboração de projetos, organização de currículos, avaliação de processos. Também afirma que é nesse contexto que ganham força as teses da desprofissionalização e da proletarização do magistério no debate acadêmico. Oliveira opta por fazer a discussão através das mudanças na escola, para compreender o que acontece com o trabalho docente. Ela ressalta ainda que esta discussão ganha espaço justamente no período de ascenso das lutas magisteriais por direitos e garantias.

Apoiada em Enguita a autora traz o conceito de profissionalização dado por este autor:

“com a advertência de que a docência estava ante uma ambigüidade entre o profissionalismo e a proletarização. O autor chamava a atenção para o fato de que a profissionalização não é sinônimo de capacitação, qualificação, conhecimento, formação, mas a expressão de uma posição social e ocupacional, da inserção em um tipo determinado de relações sociais de produção e de processo de trabalho” . (Enguita Apud OLIVEIRA, 2004:1133).

Concordamos com esta conceituação no que diz respeito à posição social e ocupacional posto que a carreira e, portanto, a profissão deve estar regulada nos marcos legais específicos para que se constituam como tal. É emblemático que até o início das reformas neoliberais poucas redes públicas no país tivessem planos de carreira, o que corrobora nossa análise da função destes planos no atual momento da acumulação e nos faz questionar o sentido da desprofissionalização feita mais adiante neste texto.

Com relação ao processo de proletarização, Enguita (apud Oliveira 2003) empregava essa expressão exatamente no sentido oposto ao que correntemente era dado à profissionalização. Para Oliveira a discussão que se colocava à época está relacionada, então, à busca de uma autoproteção dos professores e demais trabalhadores da educação por meio da luta pela profissionalização. A ameaça de proletarização, caracterizada, para a autora a partir de Braverman, pela perda de controle do trabalhador (professor) do seu processo de trabalho, contrapunha-se à profissionalização como condição de preservação e garantia de um estatuto profissional que levasse em conta a autorregulação, a competência específica, rendimentos, licença para atuação, vantagens e benefícios próprios, independência etc.

“A profissionalização aparece nesse contexto como uma saída defensiva dos trabalhadores da educação aos processos de perda de autonomia no seu trabalho e de desqualificação. O trabalhador que perde o controle sobre o processo de trabalho perde a noção de integridade do processo, passando a executar apenas uma parte, alienando-se da concepção (idem: 1134).

Esta ação dos trabalhadores da educação, em especial a pública, nos remete à discussão da caracterização das formas de ser do proletariado das elaborações de Alves (2009b) ao tratarmos das posições de classe. O servidor público pode ter sua percepção e consciência de classe deslocada pela vinculação salarial a instância do anti-valor e apresentar o fenômeno do corporativismo que é alimentado pelo fetiche do Estado. Pode também desenvolver esta consciência e se tornar um aliado estratégico dos setores de classe ligados diretamente ao setor produtivo. Neste debate travado ao longo do período em questão evidencia-se para nós a tensão entre estas duas posições de níveis de consciência tendo prevalecido a percepção fetichizada o que exprime uma das derrotas da classe trabalhadora na luta contra o neoliberalismo.

A autora envereda pela discussão da gestão democrática e aponta o avanço destes mecanismos como sendo parte da ameaça sentida pelos professores. Discordamos desta leitura e nos apoiamos nos escritos de SHIROMA e EVANGELISTA (2000) que mostram que se por um lado as lutas magisteriais apontaram para a democratização da escola, por outro as reformas educacionais ressignificaram estas consignas e trouxeram como conteúdo o ataque à educação pública e à profissão docente. Consideramos que a resistência que os professores apresentam hoje a estes processos expressam uma relação duplamente fetichizada da exploração do trabalho na medida que o rebaixamento geral dos níveis salariais das reformas neoliberais não poupou os professores.

Estes trabalhadores têm realizado tripla jornada escolar e ainda se dedicam as tarefas extra-classe e às reuniões pedagógicas que cada vez mais acontecem aos sábados. O ano letivo a partir da lei 9394/96 também foi estendido de modo que não é possível falar da resistência dos docentes à participação da comunidade escolar no seu “metier” sem considerar o processo no qual a chegada

dos pais, alunos e demais “interessados” ocorre. Além do mais as reformas permitiram que entidades da “sociedade civil”, em especial as ONGs, mas também empresas e fundações, através de parcerias e voluntariado passassem não só a realizar como também determinar o que e como seria realizado o trabalho docente. A autora menciona estas questões, mas apenas nas considerações finais e não relaciona diretamente com o comportamento dos docentes.

Em nossa visão estamos diante de relações fetichizadas porque o professor não identifica claramente quem é seu aliado e seu opositor de classe (aceitando muitas vezes uma parceria com empresa e rejeitando a presença dos pais na escola) o que demonstra uma consciência regressiva por parte deste trabalhador. A análise também é verdadeira no que diz respeito a atuação dos pais posto que trabalhadores submetidos aos mesmos processos de enfrentamento com as políticas conservadoras do neoliberalismo, sofrendo derrotas e perdendo as mediações capazes de organizar a resistência não vêem nos professores seus aliados, daí afirmarmos o duplo fetiche.

Para Oliveira cabe destacar ainda a questão da desprofissionalização por desqualificação:

“Segundo Rodrigues: “A tendência para a desprofissionalização assenta naquilo a que se pode chamar mecanismos de desqualificação dos profissionais, de perda ou transferência de conhecimentos e saberes, seja para os consumidores, o público em geral, os computadores ou os manuais”. Nesta perspectiva os trabalhadores da educação estariam sofrendo processos de desprofissionalização por diversos fatores. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização (...) tal processo não poderia ser explicado somente por mudanças endógenas ao trabalho, mas por questões de outra natureza que têm interferido na relação educação e sociedade. ( Apud Oliveira 2004:1136)

Oliveira ressalta após revisão de literatura que os docentes sequer chegaram a se constituir como profissão e apesar disso a autora adverte que mesmo assim passaram por processos de desprofissionalização. Todos estes elementos nos conduzem a novos questionamentos. Não estaríamos diante de um processo de desprofissionalização no sentido do modo de produzir e organizar a existência na forma anterior?

A desprofissionalização significaria a mudança da forma de realizar o trabalho docente e de seu conteúdo com vistas a modificar o padrão fordista para o toyotista. Trata-se então, para nós como abordagem inicial, de uma reprofissionalização (garantindo uma nova posição social e um novo lugar e forma de trabalho a estes docentes) que não elide a proletarização (entendida nos moldes teóricos da sociologia crítica que trouxemos neste texto). Outra discussão é a questão da desqualificação. Também discordamos da afirmação da desprofissionalização por desqualificação unilateralmente. Apoiados em KUENZER (2000) que discute a Exclusão Incluída e FONTES

(1996) a Inclusão forçada, somos levados a reforçar a defesa de que estamos diante de processos de requalificação e reprofissionalização.

Neste sentido os trabalhos de EVANGELISTA E SHIROMA (2008) nos ajudam a pensar estas novas determinações do trabalho docente a partir da noção de reconversão profissional. A concepção de reconversão surge nos textos dos arautos da reforma na educação no mesmo período em que elas aconteceram. O conceito é defendido por organismos internacionais para a modelagem de amplos setores do mundo do trabalho e também da educação. Sua utilização acompanha a reedição da teoria do capital humano.

Segundo RODRIGUES E ARCHAR (1995) há um elo direto entre a reestruturação da produção chamada por eles de modernização e a requalificação dos trabalhadores. O título do texto é o próprio conceito em questão: “Reconversão Profissional”. Estes autores recuperam o debate feito no campo dos intelectuais orgânicos do capital e apresentam as demandas que estavam postas para os “ajustes” no mundo do trabalho:

“Modificações na economia obrigam a reorganização do processo de trabalho e a introdução de novas formas organizacionais. (...) Essas modificações determinam mudança radical na organização do trabalho que exige agora produção flexível, com forte dependência da microeletrônica, que por sua vez exige nível mais alto de conhecimento técnico e científico”. (...) “Passa-se a exigir um trabalhador com características cognitivas e atitudinais muito diferentes para enfrentar as novas situações derivadas da flexibilidade, da intercambialidade, da ruptura entre concepção e execução, da ação dos teamworks. (...)” Nessa seqüência, entra o papel da educação, de co-responsável pela formação desse novo perfil, adequado às novas exigências: não mais um trabalhador limitado e parcial da linha de produção cognitivamente vazia, mas o Polivalente, politécnico, munido de compreensão dos princípios técnicos e “científicos. (RODRIGUES E ARCHAR, 1995:121)

A reconversão manifesta-se então como uma exigência do capital no processo de modelar a força de trabalho adequada aos processos de valorização e, para tanto, utiliza-se de todo o léxico da ideologia da empregabilidade, do capital humano, do empreendedorismo. Conforme evidenciamos pela discussão feita a partir de Alves, trata-se da universalização de novas formas de ser da classe trabalhadora modelada pelas forças hegemônicas e expressam as derrotas dos trabalhadores na luta de classes. Reconversão é aqui, sinônimo de adaptabilidade da força de trabalho às demandas do capital. Esta adaptação é realizada, sempre, por processos de precarização, expropriação, espoliação, opressão dada a dinâmica do sócio-metabolismo sistêmico do capital. Remete aos processos de subsunção formal, real e ideal e incluem todos os trabalhadores assalariados, informais, produtivos, improdutivos, o trabalho material e o imaterial. É a afirmação da condição de proletariado.

Se a educação encontra-se no centro das preocupações do empresariado e é ferramenta de modelagem deste novo tipo de homem e novo tipo de trabalhador para as novas formas de acumulação tanto a educação, quanto a escola como o professor tornam-se estratégicos nas reformas em curso e demonstram a importância da educação como “trincheira” na luta pela hegemonia.

Por isso observamos um movimento que nos parece no imediato, contraditório. Ao mesmo tempo em que se eleva o patamar de exigência de qualificação profissional expresso objetivamente no aumento da escolaridade média e plasmada nas reformas ainda em curso se esvazia o conteúdo formativo e o uso destas exigências ao instrumentalizá-las para o uso estrito da valorização de capital<sup>iv</sup>.

As professoras Shiroma e Evangelista têm se dedicado ao estudo não só do conteúdo, mas dos organismos propositores e das formas organizativas que estes assumem para levar a cabo a tarefa da reconversão, em especial, a reconversão docente. Para as autoras a reconversão, particularmente a docente, “foi o imperativo que orientou as mudanças radicais na formação inicial e continuada do professor e nas formas de gestão do trabalho docente e do sistema de ensino”. Também destacam as recomendações dos organismos internacionais e a construção da hegemonia desta proposta pela atuação dos “intelectuais coletivos”<sup>v</sup>, as redes sociais interessadas em educação.

Também buscamos os estudos de Áurea Costa (2009) para a reflexão sobre a proletarianização do professor. Seus estudos nos remetem então àquela conceituação feita por Alves e a corrobora a partir da universalização da condição de venda da força de trabalho e do regime de assalariamento expressões da expropriação progressiva material e intelectual do trabalhador. Áurea sintetiza que é impossível não caracterizar o professor como um trabalhador em processo de proletarianização a partir de sua inserção no processo de trabalho e inclui o professor da escola pública e destaca em sua argumentação:

“O Estado capitalista opera cada vez mais, segundo a lógica privatista das empresas e, por isso mesmo, desenvolve relações de exploração capitalista sobre todos os trabalhadores a ele subordinados seja na condição de funcionários públicos temporários ou permanentes, como prestadores de serviço terceirizados ou efetivos. Estas divisões não revelam outra coisa senão relações capitalistas” (COSTA, 2009:96).

Na educação privada, pela caracterização como trabalho produtivo, a proletarianização se torna evidente. Na educação pública as formas terceirizadas e precarizadas de contrato e a lógica privatista e empresarial que permeia as reformas neoliberais nos permitem compreender as relações de trabalho que aí se estabelecem na lógica da proletarianização do docente.

A desprofissionalização não se apresenta como parte deste processo sem seu par dialético a reprofissionalização ou nas palavras de Evangelista: reconversão. Estratégias de conformação para uma nova sociabilidade e uma nova organização do trabalho, modelando um novo tipo de homem

trabalhador na manutenção das determinações estruturais que nos mantêm subsumidos ao sócio-metabolismo da barbárie.

<sup>1</sup> Ocidentalização para Gramsci não é uma localização geográfica e sim a forma de inserção de determinado país nas relações sociais de produção na economia mundo, o nível de desenvolvimento de suas forças produtivas e a das relações sociais que lhes dão suporte. Em diversas passagens dos Cadernos do Cárcere. GRAMSCI, A. 2000.

<sup>1</sup> Momento Catártico: indica para Gramsci no estudo da filosofia, a passagem do momento meramente econômico ao ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Também significa a passagem da necessidade à liberdade. Em GRAMSCI 2000. Página 314-315. VI.

<sup>1</sup> Trabalhador coletivo: é o agente real do processo de trabalho total. Para Marx ao considerarmos o trabalhador coletivo não importa a que função de um ou outro trabalhador especificamente esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto. Ver ALVES 2009b e MARX 1985.

<sup>1</sup> Valorização de capital. Para aprofundar os usos rebaixados dessa formação vale o exemplo do fetiche da tecnologia educacional. Para este tema ver PAIVA-GUTIERREZ. **O choque tecnológico: entre a modernização do velho e o velho na modernização** (2011). Tese de Doutorado, defendida no PPFH/UERJ. Outro exemplo é a mudança nas diretrizes curriculares para o curso de pedagogia. Nos documentos internacionais e nacionais: exigência de aumento do patamar de escolarização básica e ingresso maior na educação superior através da formação à distância ou qualquer outra modalidade de oferta. Segundo Shiroma e Evangelista estas mudanças apontam para uma horizontalização em detrimento da verticalização e expressam o esvaziamento da formação docente.

<sup>1</sup> Por intelectuais se deve entender não só as camadas comumente entendidas com esta denominação, mas em geral toda a massa social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no campo da cultura, seja no campo administrativo-político. Em GRAMSCI, A várias notas nos volumes 1; 2; 3;5 que contribuíram para a síntese que fiz nesta nota.

## Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. **A Condição de Proletariado** - A Precariedade do Trabalho no Capitalismo Global. 1ª edição. SP. Editora Práxis (2009).

\_\_\_\_\_. Trabalho e Capitalismo Global. Uma análise Histórico Crítica. Texto 1. Curso de extensão universitária “A Precariedade do Trabalho no Capitalismo Global”. 2009b. Acesso em 10/03/2007.

EVANGELISTA, O e SHIROMA, E Otto. **Redes para reconversão Docente**. Em: Política, Educação e Cultura. Alexandre F Fiúza, Gilmar H da Conceição (orgs). Cascavel, EDUNIOESTE, 2008. Coleção Sociedade, Estado e Educação; Nº1. Vários autores.

GRAMSCI, Antônio: **Cadernos do Cárcere** - Vol 1: Introdução ao Estudo da Filosofia, Vol 2 Os Intelectuais; O Princípio Educativo; Vol 3: Notas sobre Estado, Vol 4: Americanismo e

Fordismo; edição organizada por Carlos Nelson Coutinho; co - edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira; 3ª edição,RJ; Civilização Brasileira, 2000.

KUENZER, A. Z. **Inclusão Excludente e Exclusão Incluínte**. Em: SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luiz (orgs) *Capitalismo, Trabalho e Educação*, 1ª edição, Campinas, Autores Associados / HISTEDBR, 2002.

FONTES, Virgínia. **Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada**. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º. 3, 1996, p. 34-58. Acesso em 05/05/2005.

MARX, K. **Capítulo VI - inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985. Não consta a edição.

MÉZÀROS, Stvan. **A Teoria da Alienação em Marx**. 1ª edição. SP, Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, Dalila A. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>, Acesso em 10/01/2011.

SHIROMA, Eneida Oto. **Política Educacional**\_/ Eneida Oto Shiroma, Maria Célia Marcondes de Moraes, Olinda Evangelista, 1ª edição, RJ, DP&A editora, 2000.

RODRIGUES, José Luiz. ACHCAR. Inês. **RECONVERSÃO PROFISSIONAL: conceitos e propostas**. Em Aberto, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995. Acesso em 15/01/2011.

---

<sup>i</sup> Ocidentalização para Gramsci não é uma localização geográfica e sim a forma de inserção de determinado país nas relações sociais de produção na economia mundo, o nível de desenvolvimento de suas forças produtivas e a das relações sociais que lhes dão suporte. Em diversas passagens dos Cadernos do Cárcere. GRAMSCI, A. 2000.

<sup>ii</sup> Momento Catártico: indica para Gramsci no estudo da filosofia, a passagem do momento meramente econômico ao ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Também significa a passagem da necessidade à liberdade. Em GRAMSCI 2000. Página314-315. VI.

<sup>iii</sup> Trabalhador coletivo: é o agente real do processo de trabalho total. Para Marx ao considerarmos o trabalhador coletivo não importa a que função de um ou outro trabalhador especificamente esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto. Ver ALVES 2009b e MARX 1985.

<sup>iv</sup> Valorização de capital. Para aprofundar os usos rebaixados dessa formação vale o exemplo do fetiche da tecnologia educacional. Para este tema ver PAIVA-GUTIERREZ. **O choque tecnológico: entre a modernização do velho e o velho na modernização** (2011). Tese de Doutorado, defendida no PPFH/UERJ. Outro exemplo é a mudança nas diretrizes curriculares para o curso de pedagogia. Nos documentos internacionais e nacionais: exigência de aumento do patamar de escolarização básica e ingresso maior na educação superior através da formação à distância ou qualquer outra modalidade de oferta.Segundo Shiroma e Evangelista estas mudanças

---

apontam para uma horizontalização em detrimento da verticalização e expressam o esvaziamento da formação docente.

<sup>v</sup> Por intelectuais se deve entender não só as camadas comumente entendidas com esta denominação, mas em geral toda a massa social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no campo da cultura, seja no campo administrativo-político. Em GRAMSCI, A várias notas nos volumes 1; 2; 3;5 que contribuíram para a síntese que fiz nesta nota.

### Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. **A Condição de Proletariado** - A Precariedade do Trabalho no Capitalismo Global. 1ª edição. SP. Editora Práxis (2009).

\_\_\_\_\_ Trabalho e Capitalismo Global. Uma análise Histórico Crítica. Texto1. Curso de extensão universitária “A Precariedade do Trabalho no Capitalismo Global”. 2009b. Acesso em 10/03/2007.

EVANGELISTA, O e SHIROMA, E Otto. **Redes para reconversão Docente**. Em: Política, Educação e Cultura. Alexandre F Fiúza, Gilmar H da Conceição (orgs). Cascavel, EDUNIOESTE, 2008. Coleção Sociedade, Estado e Educação; Nº1. Vários autores.

GRAMSCI, Antônio: **Cadernos do Cárcere** - Vol 1: Introdução ao Estudo da Filosofia, Vol 2 Os Intelectuais; O Princípio Educativo; Vol 3: Notas sobre Estado, Vol 4: Americanismo e Fordismo; edição organizada por Carlos Nelson Coutinho; co - edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira; 3ª edição,RJ; Civilização Brasileira, 2000.

KUENZER, A. Z. **Inclusão Excludente e Exclusão Incluínte**. Em: SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luiz (orgs) Capitalismo, Trabalho e Educação, 1ª edição, Campinas, Autores Associados / HISTEDBR, 2002.

FONTES, Virgínia. **Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada**. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº. 3, 1996, p. 34-58. Acesso em 05/05/2005.

MARX, K. **Capítulo VI - inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985. Não consta a edição.

MÉZÀROS, Stvan. **A Teoria da Alienação em Marx**. 1ª edição. SP, Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, Dalila A. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>, Acesso em 10/01/2011.



---

SHIROMA, Eneida Oto. **Política Educacional**\_/ Eneida Oto Shiroma, Maria Célia Marcondes de Moraes, Olinda Evangelista, 1ª edição, RJ, DP&A editora, 2000.

RODRIGUES, José Luiz. ACHCAR. Inês. **RECONVERSÃO PROFISSIONAL: conceitos e propostas**. Em Aberto, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995. Acesso em 15/01/2011.